

FUTEBOL DE MULHERES: CONQUISTA OU CONCESSÃO POR INTERESSES?

Agnaldo Kupper¹

RESUMO

A partir de análise de diversas matérias de jornais e periódicos e de livros e artigos relacionados ao tema, afere-se que a historicidade da presença das mulheres no mundo dos esportes - particularmente do futebol - indica uma trajetória perpassada por relações de poder e pela dominação masculina, atrelada a um histórico de proibições e preconceitos, em uma alegação de "masculinização" biológica em função da suposta demanda do bolapé por dotes que, culturalmente, são considerados viris, como força e velocidade, vistos supostamente como atributos exclusivos do homem. Até aí, talvez nenhuma grande novidade. Porém, nos novos tempos prenunciadores de conquistas e novas visões, as prenoções, seja na gestão esportiva, seja nos investimentos ou nos discursos circulantes, mantém-se, embora progressivamente dissipem. Na contemporaneidade, em correspondência aos interesses midiáticos e capitalistas, o futebol de mulheres desponta, embora entre caminhos ainda árdusos. Vitória da resistência das até então renegadas ou interesse do sistema que observa na modalidade mais um caminho para possíveis novos ganhos monetários?

Palavras-chave: Futebol. Mulheres. Gênero. Interesses.

ABSTRACT

Women's football: Conquest or concession for interests?

From an analysis of various articles from newspapers and periodicals and books and articles related to the topic, it can be seen that the historic presence of women in the world of sports - particularly football - indicates a trajectory permeated by power relations and domination masculine, linked to a history of prohibitions and prejudices, in an allegation of biological "masculinization" due to the supposed demand of the footballer for gifts that, culturally, are considered virile, such as strength and speed, seen supposedly as exclusive attributes of men. So far, perhaps no big news. However, in the new times that portend achievements and new visions, the predictions, whether in sports management, investments or in circulating discourses, remain, although they progressively dissipate. In contemporary times, in correspondence with media and capitalist interests, women's football is emerging, although along paths that are still arduous. Victory of the resistance of the hitherto renegades or the interest of the system that sees the modality as yet another path to possible new monetary gains?

Key words: Football. Women. Gender. Interests.

1 - Universidade Estadual Paulista-Unesp, campus de Assis, Assis, São Paulo, Brasil.

E-mail dos autores:
agnaldokupper2009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No processo de socialização ocidental, algumas atividades ainda insistem em ser atribuídas a homens e mulheres (no contexto de conformação biológica dos indivíduos), o que demarca o campo possível de atuação de cada um/uma. Em relação à personalidade, ainda são esperados alguns comportamentos associados a esses papéis, estigmatização que insiste permanecer.

A manutenção desses tipos de expectativa leva a formas desiguais de valorização, status e posicionamento social de homens e mulheres, tanto que algumas adotam o padrão comportamental do homem para conseguir tratamento semelhante, o que assinala não uma transformação, mas um reforço de expectativas.

Correntes importantes do feminismo contemporâneo têm como horizonte a relação igualitária entre os indivíduos, o que se apresenta e representa também no futebol, esporte que nasceu e projetou-se masculino já que, por mais que a prática seja a mesma, o futebol de mulheres, comparado ao praticado por homens, apresenta realidades completamente distintas.

No Brasil, segundo Martins e colaboradores (2021), o futebol praticado por mulheres apresenta uma sequência histórica de invisibilidades, interdições, resistências e “silenciamentos” ao longo de boa parte do século XX.

Por décadas, o futebol de mulheres foi negado, rejeitado, preterido. Ou seja, por decênios, mulheres foram proibidas de jogar futebol em diversos países, com abonação da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

No Brasil, tal interdição vigorou por trinta e oito anos, de 1941 a 1979 (apenas em 1983 a modalidade foi regulamentada).

A presença predominantemente masculina no esporte teria dado à modalidade uma hierarquização, em que homens valeriam mais, mesmo que as mulheres sempre tenham se mostrado presentes em todas as esferas da produção da vida em sociedade, desde as mais antigas sociedades humanas.

Quanto ao futebol moderno, projetado a partir do industrialismo, as mulheres, mesmo que apegadas à modalidade, não foram incentivadas a praticá-la, muito por conta do protagonismo masculino no esporte, o que

impulsionou a criação de estereótipos relacionados à identidade sexual e de gênero das praticantes.

Na atualidade, embora a visibilidade do futebol de mulheres cresça e, em consequência, seja mais praticado, a sociedade ainda as julga e diminui. Soaria ingênuo, no entanto, considerar que o movimento, ao ganhar novos rumos, ocorra por simples teimosia, resiliência e conquistas das praticantes. Há outros prováveis interesses no avanço do futebol de mulheres, a se destacar a linha dos negócios e, portanto, das arrecadações e ganhos.

O contexto do futebol association

Em 26 de outubro de 1863, surgiu o chamado football association (futebol moderno) na Inglaterra industrial. Ganhou regras fixas quando representantes de onze clubes e escolas se reuniram e fundaram a Football Association, em Londres. No mesmo ano, o futebol foi codificado em apenas quatorze regras (atualmente, são dezessete), tornadas públicas em livros. Desde então tem sido o sujeito predileto de intensas projeções simbólicas em todo o planeta (Kupper, 2021, p. 34).

Sua origem estaria associada a um contexto de transformação sociocultural que abrangeria as mudanças na personalidade dos indivíduos, as relações sociais envoltas ao mundo do trabalho, do lazer e da política, assim como estilos de vida, de contemplação do mundo e determinações dos papéis sexuais.

Aos poucos, na Inglaterra, o futebol, até então restrito às associações de elite e aos colégios, foi sendo incorporado pela cultura operária, passando a ocupar o tempo livre dos trabalhadores (na prática do jogo e nas discussões sobre ele).

A popularização e democratização do ludopédio fundamentou-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas, constituindo-se como uma adaptação à vida moderna e firmando-se como forma dissimulada para o trabalho, reproduzindo, em si, o mundo do capitalismo por ter em sua constituição autoridade, concorrência, competência, aperfeiçoamento, organização e burocracia (Kupper, 2021, p. 34-38).

A partir da Inglaterra, o futebol proliferou, chegando à França em 1872, à

Suíça em 1879, à Bélgica em 1880, à Holanda, Dinamarca e Alemanha em 1889, à Itália em 1893, ao Brasil em 1895 (de forma oficial).

Na América Latina, a rápida propagação da modalidade foi facilitada pela presença no continente de comunidades inglesas ligadas a empresas e empreendimento do capitalismo inglês. Ou seja, a difusão do futebol seguiu a influência cultural inglesa: num primeiro momento a proliferação da prática nas ilhas britânicas; em seguida, na Europa germânica, chegando posteriormente à Europa Latina e na América Latina (no Brasil, embora mais enraizado em São Paulo e Rio de Janeiro - próprio de investimentos britânicos - espalhou-se simultaneamente por vários pontos de seu território).

Apesar das particularidades historicamente desenhadas em cada canto do planeta, é possível identificar uma característica comum nessa esfera social: o futebol é um esporte que possui caráter patriarcal e está diretamente relacionado à construção da identidade masculina (Dunning, 1992), apresentando valores considerados masculinos desde a sua origem, como a energia, a coragem e a força física (Bourdieu, 2003). Ou seja, afirmação da virilidade, muito por conta do histórico de privações imposto ao futebol praticado por mulheres.

Mulheres no contexto do espaço público esportivo

Walter Benjamin (1984), na obra *A criança, o brinquedo e a educação* sugere que o futebol seja um jogo constituído de uma porção masculina e outra feminina. O ataque seria representado pelo caçador (centroavante); a defesa, pelo goleiro, responsável pela proteção ao espaço que não pode ser penetrado, violado.

Seguindo o raciocínio de Benjamin (1984), um goleiro que coloque uma partida a perder pode ser execrado, tal quando uma mulher violada por vontade pessoal. Na evolução da mentalidade humana, Benjamin (1984) constataria que atualmente o goleiro não mais se resume a uma única função e sai para o jogo, o que nos remete às conquistas feministas e às novas mentalidades. Afinal, quase tudo evolui, embora existam retrocessos. O futebol praticado por mulheres não foge à regra.

Nem sempre a presença das mulheres nos espaços públicos foi vista com normalidade, muito menos quando o assunto é futebol. Algumas ações e atividades ainda são atribuídas a mulheres ou homens, demarcando o campo possível de atuação de cada um, em processo que constrói uma representação de como deveriam ser. Para as mulheres, a tendência de serem educadas para exercerem, prioritariamente, atividades domésticas ou profissões historicamente ligadas ao cuidado. Já os homens - guardados os devidos processos de evolução e clareza das mentalidades - ainda são incentivados a ter uma atuação pública, dispostos a assumir posições de poder.

Em relação à personalidade, também são esperados alguns comportamentos associados ao masculino e ao feminino e a permanência desse tipo de expectativa leva a formas desiguais de valorização, status e posicionamento social de mulheres e homens, embora os tempos contemporâneos se mostrem menos duros e mais maleáveis.

A filósofa Judith Butler (2011) ampliou a reflexão sobre o caráter construído da identidade de gênero ao afirmar que todos os corpos da sociedade ocidental são normalizados, ou seja, submetidos a um conjunto de normas através da repetição de discursos externos.

Butler (2011) afirma que os corpos ocidentais são sexuados por incorporarem informações acerca de como o desejo sexual deve ser vivido, além de serem generificados (como homens e mulheres são definidos) e racializados (o que significa ser branco, indígena, oriental, preto e oriental) e como essas informações orientam o comportamento do indivíduo.

O futebol, assim como outros esportes que envolvem contato físico direto, disputas, demonstrações de força, elevados graus de agressividade e até mesmo formas regulamentadas de violência, sempre tendeu ser considerado área masculina reservada.

Até por ser ainda visto como um espaço masculino, a presença das mulheres no futebol impõe a lógica da restrição feminina. Às transgressoras, um desafio carregado de coragem e subversão, embora mais suavizado em tempos atuais.

A habilidade esportiva dificilmente se compatibiliza com a subordinação feminina

tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina (Adelman, 2003, p. 448).

Nos espaços públicos o olhar que se lança sobre a mulher que se pratica ou acolhe o futebol ainda é de estranhamento, como se algo estivesse fora do lugar, embora caminhemos para a paulatina aceitação da participação feminina, muito por conta dos interesses capitalistas que envolvem a atmosfera em dias de globalização capitalista.

Segundo Goellner (2005),

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina (Goellner, 2005, p. 92).

Historicamente, em relação à prática do futebol por meninas e mulheres, as federações esportivas não só se ausentaram como também contribuíram para retardar seu processo de desenvolvimento. Registros indicam como a Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) desaconselhou, pelo menos até a década de 1970, que as associações nacionais estimulassem o ludopédio de insistentes varoas.

Apoiada em discursos médicos, a entidade recomendava que as praticantes não utilizassem os mesmos campos que os homens, limitando o acesso às instalações físicas e dificultando a prática esportiva.

Contudo, tais direcionamentos não impediram que as mulheres praticassem a modalidade de maneira informal, embora tenham desencorajado as confederações continentais e nacionais a oferecerem espaços físicos e competições para as praticantes.

Silvana Vilodre Goellner (2005) sintetiza bem a questão quando se discute a relação entre o futebol feminino e o masculino ao apontar para um discurso bastante comum que justifica uma distinção entre o futebol

praticado pelos homens e pelas mulheres com base nas diferenças biológicas:

A ampliação de atividades relacionadas ao futebol feminino possibilitou diferentes apropriações por parte das mulheres. Se por um lado a inserção no futebol pode ser observada como uma atitude transgressora porque as mulheres fizeram valer suas aspirações, desejos e necessidades, enfrentado um universo caracterizado como próprio do homem, por outro, pode significar uma adaptação aos valores e práticas comuns a esse esporte visto que, em algumas situações, essa inserção esteve atrelada a afirmação de uma representação hegemônica de feminilidade “medida”, como se pode esperar, pela aparência dos corpos das jogadoras (Goellner, 2005, p. 147).

Outra justificativa vincula-se à negação da diversidade social, indicando existir certa resistência à presença de mulheres de diferentes classes sociais e de distintas religiões, gerações, raças, etnias e orientações sexuais. Fato que, na comparação com o futebol praticado pelos homens, o de mulheres ainda está subsumido a um plano secundário.

O futebol de mulheres na Europa

Mesmo antes de organizarem seus jogos, as mulheres chegaram a ser estimuladas a frequentar partidas de futebol com o intuito de conferir um ar de dignidade à ocasião e para diminuir a rudeza do comportamento masculino.

Em relação à atividade em si, registros indicam que o primeiro match feminino foi não oficial e disputado com algumas regras da federação inglesa entre dois times que se autoneameavam Inglaterra e Escócia, em 1881.

Há também anotações de mulheres praticando o ludopédio em 23 de março de 1895 no Crouch End Athletic Ground (norte de Londres), ocasião em que Nettie Honeyball (1871 -?), uma ativista de vanguarda dos direitos das mulheres, organizou uma peleja que envolveu mulheres do norte e do sul da Inglaterra e que teria atraído um público de oito mil espectadores.

A partir de tal iniciativa, disputas públicas de futebol entre mulheres no Reino Unido passaram a ser frequentes, o que proporcionou certa divulgação e difusão da prática, com cobertura, embora tímida, dos periódicos britânicos.

Entretanto, foi durante a Grande Guerra (1914-1918), com a entrada maciça das mulheres no setor produtivo industrial, que o governo inglês adotou uma política de incentivo à prática de esportes (incluindo o futebol) para mulheres no ambiente fabril. O objetivo seria o de aprimorar o bem-estar físico e o fomento ao trabalho em equipe.

A partir daí o futebol praticado por mulheres começou a se expandir rapidamente para diversas partes do globo: Alemanha, França, Espanha, Áustria, Rússia, Austrália, entre outros. Foi o caso da equipe europeia Dick, Kerr Ladies, formada por operárias da empresa de engenharia de mesmo nome (Dick, Kerr and Co. Ltd), atuante do ramo ferroviário, mas convertida em indústria de armamentos a partir de 1915.

A estreia da equipe DKL veio através do convite do Hospital Militar Moor Park de Preston para angariar fundos para o tratamento de pacientes. Assim, no Natal de 1917, o DKL fez sua primeira partida com um público de aproximadamente dez mil espectadores (embora o dado seja impreciso por ausência de registros oficiais) triunfando diante da Arundel Couthard por quatro tentos a zero.

O sucesso do evento pioneiro, aliado à necessidade de levantar recursos para suprir o sofrimento das famílias destroçadas pelo embate bélico, fez com que os encontros de futebol de mulheres se multiplicassem. Com o aumento do número de embates, o DKL angariou fama, o que passou a interessar aos dirigentes da fábrica, muito por conta da elevação do nome empresa.

Em 1921, o ano de maior exposição, a DKL recebeu convites para atuar no velho continente. Teria realizado mais de sessenta partidas, chegando a atingir placares elásticos como 17, 16 14 e 13 a zero.

O sucesso da DKL foi preponderante para a intervenção da Football Association (entidade controladora do futebol inglês, a mesma que formulou as regras oficiais do esporte), que decidiu pela imposição de barreiras para os jogos da equipe, inclusive a proibição de utilização de estádios. Porém, a imposição elevou a determinação das mulheres em praticar futebol, tanto que foi criada a Ladies Football Association, em Liverpool (1921), inclusive estabelecimento regras específicas para os jogos de mulheres, como um campo de jogo ligeiramente menor e uma bola mais leve.

Entretanto, a proibição de uso de campos do ludopédio pela FA comprometeu a renda dos jogos, tornando a prática paulatinamente inviável pelos cinquenta anos seguintes. Mesmo assim, a equipe DKL continuou a realizar partidas de futebol fazendo, inclusive, uma excursão pela América no Norte em 1922, quando atuou contra agremiações masculinas dos Estados Unidos da América (venceu três, empatou três e foi derrotada em outras três ocasiões).

O cerco da Football Association foi se fechando e a quantidade de aparições da DKL foi se tornando progressivamente ainda menor, embora a agremiação tenha se mantido em atividade até 1965.

Houve vozes dissonantes às que argumentavam maléficos trazidos às mulheres pelo futebol, afirmando que o ludopédio não seria mais prejudicial do que outros esportes, caso do tênis e do hóquei.

Após a realização da Copa inglesa de 1966 (masculina), o interesse público pelo futebol praticado por mulheres aumentou progressivamente, o que fez a FA criar um núcleo feminino na instituição cinco anos após o evento. Com a iniciativa, o futebol de mulheres passou a galgar espaços na Europa, impulsionando atividade também em países como Estados Unidos da América, Itália e Japão.

No vácuo do sucesso da Copa de 1970, vencida pelo selecionado masculino brasileiro, possibilitou a realização da Copa Feminina de 1971, realizada também no México, sem apoio da FIFA e que teve como palco estádios não controlados pela entidade e pela Federação Mexicana de futebol. No entanto, a adesão de cobertura televisiva e de patrocinadores, além da grande presença de público, deu grande alcance ao acontecimento. O sucesso do evento, que reuniu seleções da Argentina, Dinamarca, Inglaterra, Itália, França e México - embora não reconhecido como oficial pela FIFA como Copa - tornou-se simbólico e chamou atenção por parte das instituições gestoras de futebol da época, tanto que a Federação Internacional Europeia de Futebol Feminino, entidade financiada por iniciativas privadas, comemorou a possibilidade de mostrar que o futebol praticado por mulheres poderia ser comercialmente lucrativo e atrair público. Porém, após o torneio, sem apoio, as seleções participantes foram esvaziadas.

Nos anos finais da década de 1980, a entidade maior do futebol (FIFA) teria finalmente atentado às potencialidades do futebol de mulheres, tanto que passou a organizar competições internacionais sob sua chancela. A Copa promovida na China de 1991, pelo sucesso alcançado, fez com que a entidade passasse a exigir que as confederações continentais passassem a organizar campeonatos qualificatórios para os próximos mundiais e que associações nacionais galgassem a estrutura de seleções nacionais.

Futebol de mulheres no Brasil

O futebol de mulheres no Brasil seguiu de alguma forma a trajetória do futebol na Europa, porém com especificidades e características próprias à situação política no país. Dessa forma, para fins didáticos evolutivos, melhor que o analisemos em fases.

A fase inicial estende-se desde o surgimento da prática do esporte pelas mulheres (o que é impreciso) até o Decreto-Lei de 14 de abril de 1941.

Durante as primeiras décadas do século XX, os jogos de futebol no estádio das Laranjeiras (Fluminense carioca), assim como em outras localidades brasileiras, eram observados como modismo entre a juventude. Nesse cenário, as partidas de futebol de mulheres podem ser classificadas como festas desportivas, jogos beneficentes e partidas preliminares de jogos masculinos.

Registros dos mais diversos aparecem em jornais e revistas do início do século XX. A revista carioca Vida Sportiva, em 1920 divulgou a foto de um time de meninas posado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Uniformizado, com onze elementos e com a nítida presença de uma goleira identificada com o fardamento de outra tonalidade, o team nos oferece uma importante pista sobre o início da prática do futebol feminino no Nordeste do país.

Essa primeira referência encontrada em Natal figura-se como uma das mais antigas no que se diz respeito à prática do futebol entre mulheres no Brasil. Um dado curioso do marco é que o Sport Club Natalense foi fundado por João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970), o primeiro e único potiguar a ocupar o cargo de presidente da República do Brasil na década de 1950 (especificamente entre 24 de

agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955), depois do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 1953.

Há também registros de um jogo realizado na cidade de São Paulo entre “senhoritas” de Tremembé e da Cantareira em 28 de junho de 1921. Dois anos depois, no Rio de Janeiro, o jornal o Correio da Manhã noticiou a organização de uma partida de futebol autenticamente feminina, ou seja, rivalizada exclusivamente entre mulheres, durante uma festa esportiva. Com sede à Rua São Gabriel, no bairro de Cachambi, a equipe de futebol do Sport Club Celeste, time de Carlos Fonseca e do capitão Pedro Pelaz, promoveu um jogo de futebol disputado por “senhoritas”, contando inclusive com a participação de uma árbitra mulher: Linda Cavalheiro.

Em maio de 1929 foi realizada uma partida entre garotas que usaram os uniformes do Club de Regatas Vasco da Gama e do São Christovão Athletic Club, no Estádio das Laranjeiras, preliminar à apresentação dos times masculinos do São Christovão A.C. e Bangu A.C. Já no dia 24 de junho de 1930 o jogo de futebol principal da noite ficou por conta do Ypiranga Football Club, de Niterói, contra o São Christovão A.C., da capital fluminense. A preliminar do embate de futebol de homens foi entre as equipes femininas pertencentes ao Brasil Suburbano Football Club (Brasil Suburbano e Equipe Lena Alves).

No ano de 1931, foi realizada um embate de futebol feminino organizado pela equipe do Brazil Football Club, do Rio de Janeiro, como parte do programa de preliminar ao jogo principal da equipe masculina adulta do clube. No mesmo ano, também na então capital federal do Brasil, foi organizado um encontro entre as equipes Madame Lessa Alves e Madame Macedo no campo do Brasil F. Club, na Piedade.

Na década de 1940 o jornal Folha da Manhã reconheceu a existência de dez equipes de futebol de mulheres que mantinham atividades regulares no Rio de Janeiro. Eram equipes femininas que não tinham qualquer vínculo com os clubes que disputavam os campeonatos masculinos (chamados “clubes de camisa”), caso do Eva F.C., do E.C. Brasileiro, do Cassino Realengo e do Benfica F. C.

Ao longo da mesma década, houve a formação de algumas equipes espaçadas pelo

país, sem a existência aparente de grandes ligas. Não se sabe ao certo se tais iniciativas tiveram grande duração, o que poderia configurar uma discussão sobre uma categoria bem definida de jogadoras de futebol.

No período, a tendência do Jornal dos Sports (RJ) foi não somente divulgar, mas também promover e dar ampla cobertura aos jogos de futebol de mulheres. Para a inauguração dos refletores do campo do S. C. Tavares e como parte das comemorações do aniversário do periódico, por exemplo, foi organizada uma partida de futebol feminino entre os times do Eva F. C. e o Brasileiro F. C., vencida pelo segundo, que conquistou a taça “Mário Rodrigues Filho” (nome do então dono do diário).

Mesmo fazendo referências à prática organizada do futebol de mulheres nas décadas de 1920 a 1940 no Brasil, a atividade suscitou uma série de comentários contrários que denunciavam os malefícios da prática devido à natureza feminina e à maternidade, baseados em pretensos “saberes científicos”.

Na década de 1940, no Brasil a associação entre o autoritarismo político e as ideias da eugenia fez do corpo uma questão de Estado, colocando-o na ordem do dia. Assim, as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, Igreja, escolas e hospitais, passaram a se preocupar com as anomalias fisiológicas para as novas gerações, com gravidade para o desenvolvimento da raça. Pregavam, ainda, que as mulheres deveriam evitar os exercícios “viris e rígidos”, optando por exercícios “artísticos e naturais” que permitissem a formação de mães fortes e saudáveis que, por sua vez, gerariam filhos robustos e salutar para a nação.

Em síntese: o olhar que frequentemente se lançava sobre a presença feminina no esporte desqualificava a atleta como mulher e a mulher como atleta, indicando que certas práticas esportivas eram vistas como opostas à construção social hegemônica do feminino, ou seja, delicada, bela, dedicada à família e à maternidade e reclusa ao espaço doméstico. Um exemplo do posicionamento provém do artigo do médico Humberto Ballaryni na Revista Educação Physica, publicado em dezembro de 1940 com o título Porque a mulher não deve praticar futebol:

Não negamos à mulher os mesmos direitos concedidos ao homem, porém não compreendemos que a mulher intérprete essa igualdade procurando imitá-lo física, moral e intelectualmente, testemunhando dessa maneira uma superioridade inexistente. Sim, porque só almejamos igualar o que nos supera. Quanto às qualidades morais que todos os esportes coletivos desenvolvem, achamos ser o futebol, pela seu natural violência, um exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e o caráter feminino. Quanto ao desenvolvimento intelectual, facilmente concordaremos que o futebol não é dos mais eficientes.

Portanto não sendo aconselhado por motivos higiênicos, físicos ou morais, não será pelo seu reduzidíssimo valor intelectual que a mulher o vá praticar.

Assim, pelas razões acima expedidas, que envolvem matéria de ordem técnica é nossa opinião ser o futebol, para a mulher, anti-higiênico e contrário à natural inclinação da alma feminina. (Educação Física, Rio de Janeiro, n.49, dez. 1940, p.52)

A condenação da prática do futebol por mulheres estaria intrínseca ao conservadorismo social da primeira metade do século XX, quando valores como complacência, bondade, dedicação, simplicidade e paciência femininas imperavam e pareciam estar ameaçados por insistentes praticantes, acusadas de colocarem em risco a natureza da maternidade. Periódicos como o Jornal dos Sports, assim como apreciadoras do bolapê, não se calaram e saíram em defesa da prática.

No entanto, a comunidade científica reacionária do período ganhou respaldo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde e iniciou uma cruzada em perseguição à atividade sob o argumento de ser nociva ao organismo feminino, resultando no Decreto-Lei n. 3.199 de 14 de abril de 1941 que proibiu o futebol aplicado por mulheres (Franzini, 2005) e instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND). Começava, assim, a segunda fase regressiva legal contra o ludopédio de mulheres no Brasil, que se estendeu por até 1983.

De acordo com Karla Carloni (2019):

Tentativas de controle do corpo feminino vinham da medicina, das práticas

jurídicas e da Igreja também. O discurso médico-sanitarista no Brasil desde meados do século XIX caracterizava a mulher a partir dos seus útero e ovários. Os humores, as doenças e o comportamento estariam ligados diretamente a esses órgãos que, por sua vez, definiam o único papel do gênero na sociedade: reproduzir (Carloni, 2019, p. 96).

O Decreto-Lei 3.199, em seu artigo 54, dispôs que “(...) às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o CND baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”, oficializando a interdição de modalidades como lutas, boxe, salto com vara, salto triplo, decatlo, pentatlo, rúgbi, polo, polo aquático e, claro, o esporte de discussão maior que motivou o dispositivo: o futebol. No mesmo texto, foi organizada uma relação dos esportes “recomendáveis”, de acordo com a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde: tênis, voleibol, críquete, ginástica e, se praticados de forma moderada, natação e ciclismo (importante ressaltar que tais práticas amadoras, características de membros sociais privilegiados passavam ao largo das grandes massas e dos subúrbios, onde o interesse era pelo jogo da bola).

Em resumo: o futebol de mulheres foi proibido no Brasil por ser considerado um “desvio de conduta”, inadmissível aos olhos do Estado Novo (1937-1945) e da sociedade brasileira do período por abrir possibilidades outras além daquelas consagradas pelo estereótipo da “rainha do lar”, que incensava a “boa mãe” e a “boa esposa”, em nome da gestão da vida e reprodução, ou seja, de uma ordem binária e essencialista dos gêneros.

Agregando à discriminação de gênero o marcador de classe social, prevaleceu o discurso médico, da grande imprensa e da academia esportiva, que entendiam as mulheres do subúrbio que praticavam o futebol como “feias”, “brutalizadas” e “malcheirosas”, revelando que se inscreviam na sociedade brasileira as bases que até hoje sustentam um estereótipo das mulheres futebolistas como masculinizadas.

Entre as décadas de 1950 e 1960, tornaram-se raras as notícias sobre futebol praticado por mulheres no Rio de Janeiro e em outras cidades no Brasil. Quando realizadas, às escondidas ou com mandado judicial (alguns

campos chegaram a ser interditados por terem permitido embates e por ferirem as determinações legais

Com a ascensão do regime militar no país a partir de 1964, a proibição manteve-se, muito por conta do posicionamento de suprimir direitos conquistados que contestassem a ordem estabelecida (assim como durante o estadonovismo varguista). Através de leis, decretos e atos institucionais, a proibição nos mais diversos setores e atividades esteve na ordem do dia, sempre em nome da segurança nacional.

Para os militares, jogar futebol era, definitivamente, atividade de homens e tê-lo como prática dentre mulheres faria com que as mesmas agissem em uma inversão natural que ultrajava o papel feminino pelo uso de trajes provavelmente mais curtos do que os utilizados no cotidiano, pelos movimentos do esporte que poderiam colocar à mostra parte dos corpos e pela expressão de agressividade através de gritos e discussões, contrariando o curso ocidental das conquistas femininas, caso do acesso à pílula anticoncepcional e do maior controle de seus corpos.

Sendo assim, a proibição do decreto de 1941 foi renovada com a publicação da Deliberação nº 7 do CND, em 7 de agosto de 1965, que referendou práticas não permitidas às mulheres, o que envolveu a não oferta dessas modalidades na Educação Física escolar e nos programas de lazer. Segundo a Deliberação nº 7/65 do CND:

Nº 1 - Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação. Nº 2 - Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball.

Mesmo com a manutenção da interdição, foram verificadas várias transgressões esporádicas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, sempre sob a repressão dos órgãos de controle.

A lenta retomada

Finalmente, em 1979, foi revogada a deliberação de 1965, mas somente em 1983 o Conselho Nacional de Desportos estabeleceu regras para a modalidade feminina no país. À ocasião, o mesmo órgão divulgou a Deliberação 01/83, estabelecendo, entre os dispositivos, o tempo da partida em setenta minutos (com intervalos de quinze minutos), bola de diâmetro entre 62 e 66 centímetros e peso máximo de 390 gramas, obrigação das praticantes em usar chuteiras em travas metálicas ou pontiagudas e impossibilidade da troca de camisas com as adversárias após os embates. As jogadoras poderiam praticar o esporte, mas não poderiam apresentar-se em estádios que recebessem jogos oficiais, nem ter seus jogos apitados por árbitros ligados a alguma federação.

O período foi marcado pelo ressurgimento oficial de equipes de futebol praticado por mulheres e compreendeu a organização de ligas estaduais e nacionais, bem como o surgimento dos primeiros ícones no esporte, caso de atletas como Meg, Rose do Rio, Pelezinha, Fanta, Cenira, Michael Jackson e Sissi, mesmo sem o apoio da Confederação Brasileira de Futebol.

Nesse mesmo período, o futebol feminino carioca voltou a ser notícia, já que nas praias de Copacabana, Ipanema e Leblon passaram a ser realizadas diversas partidas de futebol entre mulheres, entre simples peladas a campeonatos organizados e patrocinados por importantes marcas nacionais. Nas areias, a presença especial de empregadas domésticas, em busca de sociabilidade e lazer.

Fazendo uso de um tom pitoresco, algumas reportagens de jornais do Rio de Janeiro mostravam o alvoroço provocado pelos embates de praia que, por vezes, chegavam a atravessar a madrugada. Nas matérias “O futebol depois da louça lavada”, do Jornal do Brasil (20/01/1976), e “Mesa tirada, rumo à praia para o futebol”, de O Globo (11/04/1976), foram dados destaques aos jogos, o que passou a atrair mais adeptas e mais espectadores. A prática transformou-se em uma espécie de moda, atraindo continuamente não apenas servidoras, mas adolescentes e jovens em busca de participação nas partidas informais e de campeonatos.

Em 1981, foi realizado o primeiro torneio de Futebol de Praia Feminino do Rio de Janeiro. No ano seguinte, na segunda edição do mesmo torneio (sob o patrocínio da Copertone, marca de protetor solar), foi registrada a presença durante os jogos de quatro mil espectadores (Jornal do Brasil, 10/01/1982).

E o que começou como prática de praias, logo se espalhou novamente para os gramados brasileiros, o que redundou em mudanças no tratamento dado ao futebol praticado por mulheres, especialmente através da imprensa em geral, que passou a registrar a novidade, comparando, principalmente, a habilidade das jogadoras com o estilo masculino de jogar, além da pregação de um discurso de curiosidade diante do que foi intitulado “musas do futebol”.

Muito por conta da “febre” vista como novidade, foi organizada uma equipe de futebol de mulheres no Guarani Futebol Clube de Campinas, São Paulo, em 1983. A princípio, o intento foi de atração de mais público para o estádio Brinco de Ouro da Princesa no jogo entre o time local e o Sport Club Corinthians Paulista. O sucesso manteve a estrutura da equipe, embora não por longa data já que oposicionistas do clube campineiro à prática forçaram a extinção da equipe nos meses finais de 1984.

Também em 1983 foi organizado o primeiro campeonato Carioca de Futebol, que contou com a participação de clubes como Madureira, Bangu, América, Portuguesa, além do vitorioso Radar que, das areias de Copacabana, transferiu-se para os gramados.

Na década de 1990 até meados dos anos 2000, embora tenha ocorrido o fim da equipe do Esporte Clube Radar, outras estruturas organizadas de futebol de mulheres emergiram, caso da equipe do Clube de Regatas Vasco da Gama (RJ), do Saad Esporte Clube (SP) e do Minerva Futebol Feminino (que participou de competições de futsal e futebol na cidade paulista de Rio Claro entre a partir de 2002). Destaque, também, à formação da seleção brasileira que disputou os Mundiais da FIFA, à organização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino (1994-2001) e à participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, ocasião em o país obteve a medalha de prata. Na contemporaneidade, há

uma multiplicidade de competições e torneios internacionais.

Caracterizada pela incorporação do futebol de mulheres no processo de globalização do esporte, o momento caminha para a consolidação de uma teia de novos fluxos migratórios que liga países de diferentes continentes, sendo marcante a intensificação das relações sociais em escala mundial. Embora seja passível estimar com certa confiança que poucas mulheres ganham em tempo integral salário jogando futebol na Europa, é possível observar que existem mulheres ocupando funções auxiliares em várias outras áreas: técnicas, relações públicas, fisioterapeutas, psicólogas do esporte, entre outras.

A infraestrutura é crescente e parece não ter sinais de regressão, embora existam variações entre os países, o que acaba comprometendo o quadro geral de evolução. No entanto, é importante ressaltar que, embora seja evidente o quanto as políticas propostas pela FIFA indicam avanços significativos que podem contribuir de maneira expressiva para o desenvolvimento maior e pleno do futebol de mulheres, não se pode perder de vista que a própria entidade contribui para a precarização de tais políticas por não se estabelecer como agência responsável pelo acompanhamento/fiscalização da implementação de tais políticas por suas afiliadas, limitando-se ao plano do “discurso politicamente correto”.

Mesmo que diante de diversos obstáculos, o desenvolvimento do futebol de mulheres tem recebido crescente atenção de cientistas e praticantes do mundo e as praticantes já somam mais de trinta milhões, revelando um aumento de 38% em relação ao início dos anos 2000 (dados da FIFA, 2022).

Galgando espaços, no Brasil o futebol de mulheres obteve novo regulamento da Confederação Brasileira de Futebol em 2019, exigindo que todas as equipes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro Masculino precisem ter um time feminino adulto e, pelo menos, uma categoria de base. Segundo a entidade, o objetivo é estender a obrigatoriedade a todas as quatro séries do futebol nacional.

Mas apesar dos avanços quantitativos, as jogadoras ainda relatam dificuldades no processo de entrada, manutenção e formação no esporte em diversos países do mundo. Os

desafios a serem superados incluem a discriminação, o baixo investimento se comparado ao futebol de homens, a falta de recursos e suporte, além dos estereótipos de gênero que dificultam o acesso de mulheres a cargos de liderança no esporte, o que revela a complexa relação entre gênero e esporte e alerta que os números podem representar uma análise simplista do desenvolvimento da modalidade. Ou seja, se a sociedade brasileira progressivamente aceita e incentiva o futebol de mulheres, a modalidade ainda não ganhou espaços de reconhecimento se comparado ao bolapê masculino ou mesmo ao futebol praticado por mulheres em outros países (Teixeira, Caminha, 2013, p. 266), principalmente na América do Norte e Europa.

No contexto das últimas Copas

A última edição de Copa do Mundo de Futebol de Mulheres foi realizada na Austrália/Nova Zelândia em 2023, apresentando um movimento recorde de público, audiência e de valores (segundo dados oficiais da FIFA, foram arrecadados US\$ 300 milhões). Dos valores movimentados, US\$ 110 milhões foram distribuídos entre as seleções participantes. Como comparação, na Copa Masculina do Catar (2022), a entidade maior do futebol mundial dividiu entre as seleções, US\$ 400 milhões.

Em 2019, a revista France Football divulgou o ranking dos atletas mais bem pagos do futebol; a título de comparação e trabalhando com dados que envolvem brasileiros, o jogador Neymar Júnior teria recebido 396 milhões de reais em salários, o terceiro mais bem pago do mundo, enquanto Marta Vieira da Silva, um dos principais nomes do futebol de mulheres do planeta, teria percebido, no mesmo período, 1,47 milhão, ou seja, a quinta do ranking feminino (a primeira do ranking foi a francesa Ada Hegerberg, com 1,73 milhões de reais). Quatro anos após, segundo dados da Revista Forbes (2023), o maior salário do futebol de mulheres no mundo é das estadunidenses Alex Morgan e Megan Rapinoe (US\$ 5,7 milhões/ano). Ainda como comparação, o contrato mais robusto do futebol masculino no mesmo ano foi do atleta português Cristiano Ronaldo (estabelecido com o Al Nassr, da Arábia Saudita): US\$ 136 milhões/ano.

Embora cresça o interesse pelo futebol de mulheres no planeta, as condições da prática, se comparadas ao futebol masculino, mantém-se em uma distância assustadora. No Brasil, nada é muito diferente.

CONCLUSÃO

Embora estejamos em outros tempos em relação ao futebol de mulheres, naturalizando-o continuamente, o caminho percorrido foi longo e continua árduo, não sem a concessão de espaço admitido pelos homens, donos da bola e do esporte como um todo, embora ainda permaneçam resquícios restritivos.

No Brasil, onde o futebol é ainda vinculado à identidade nacional, é necessário ressignificar a visão de que o futebol é uma prática predominantemente masculina.

Muito provavelmente, o valor atribuído a mulheres e homens no futebol dê aos segundos a impressão de estarem acima das primeiras.

Somado à base educacional, familiar e psicoemocional de muitos atletas homens, o cenário se estrutura em torno da ideia de que a figura masculina vê na feminina um objeto que deve estar à disposição (basta que sejam verificados rótulos promocionais de “atleta beldade” ou “torcedora musa”, estigmatizando a figura feminina) e que seria quase inaceitável um ‘não’ por parte do feminino a uma investida de um atleta empoderado pela fama e pelo dinheiro.

Mas se o cenário ainda não é o ideal e o esperado, paulatinamente se modifica, uma vez que o futebol praticado pelas mulheres começa a inserir-se no mundo dos negócios. Mesmo os espaços públicos, dominado por rapazes e homens, galga ser ocupado progressivamente pelas mulheres. Ou seja, o repúdio progressivamente cede espaço para a permissão, embora ainda prevaleça a ocupação de locais privados para o ludopédio praticado pelas mulheres, com reserva de datas e horários sem que sejam obrigadas a negociar com os homens, além da garantia de maior segurança.

Da mesma maneira que os esportes serviram institucionalmente para impulsionar e reforçar uma ideologia de superioridade masculina ao longo do século XX, a participação e o movimento das mulheres

dentro do futebol representam a busca por igualdade, autonomia de corpos e um desafio à ideologia da superioridade masculina. Ou seja, no esporte, ideologias são perpetuadas, da mesma maneira que podem ser desafiadas e contestadas e o ludopédio caminha na direção de um movimento mais amplo pelo desenvolvimento da autonomia feminina, o que passa por lutas e persistências.

Mas não apenas. Basta que se verifique que o anúncio, em maio de 2024, de que o Brasil sediará a Copa de Futebol Feminino de 2027, foi amplamente comemorado. Por elas, pelos estádios/arenas, pelos locais oferecidos para a FIFA organizar o Fan Festival, pela atração turística, pelas hospedagens, pela movimentação comercial e financeira.

O futebol é, ainda, uma analogia de sociedades como a brasileira: periférica, excludente, desigual, injusta, racista, machista, misógina. Assim como ele, temos muito a avançar em termos de mentalidades e visões.

REFERÊNCIAS

- 1-Adelman, M. Mulheres atletas: ressignificações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 12. 2003. p. 445-465.
- 2-Ballaryni, H. Por que a mulher não deve praticar o futebol. *Revista Educação Physica*. Vol. 49. 1940. p. 34-41.
- 3-Benjamin, W. A criança, o brinquedo e a educação. Trad. Marcos Vinicius Mazzari. São Paulo. Summus. 1984.
- 4-Bourdieu, P. *Questões de Sociologia*. Lisboa. Sociedade Unipessoal. 2003.
- 5-Butler, J. *The question of gender* Joan W. Scott's critical feminism. Indiana. University Press. 2011.
- 6-Carlson, K. Requebrando os Quadris: jazz, gêneros e revistas ilustradas no Rio de Janeiro (1920). *Locus - Revista de história*. Vol. 25. Num. 2. 2019. p. 79-99.
- 7-Dunning, E. O desporto como área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas

transformações. In: Elias, N. A busca da excitação. Lisboa. Difel. 1992. p. 389-412.

8-Franzini, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Revista Brasileira de História. Vol. 25. Num. 50. 2005. p. 316-328.

9-Goellner, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Revista Brasileira de Educação Física. SP. Vol. 19. Num. 2. 2005.

10-Goellner, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. Pensar a Prática, Goiânia. Vol. 8. Num. 1. 2005. p. 85-100.

11-Kupper, A. Os Segredos da Bola. São Paulo. Dialética. 2021.

12-Martins, M. Z.; Silva, K. R. S.; Vasquez, V. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. Movimento. Vol. 27. 2021. p. e27006.

13-Teixeira, F. L. S.; Caminha, I. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. Movimento. Vol. 19. Num. 01. 2013. p. 265-287.

Recebido para publicação em 14/06/2024
Aceito em 11/09/2024